



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **5 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 19 de dezembro de 2012

VALOR ECONÔMICO Governo vai desonerar PIS-Cofins em R\$ 9,7 bi	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Gradiente quer negociar 'iphone' com Apple	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO A guerra dos royalties - Congresso se rebela e manobra contra STF	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Indústria vai se recuperar em 2013, diz Fiesp.....	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA.COM Gradiente promete disputar com Apple a marca "iphone"	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo vai desonerar PIS-Cofins em R\$ 9,7 bi		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Governo vai desonerar PIS-Cofins em R\$ 9,7 bi

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

O governo vai incluir no Orçamento de 2013 uma redução adicional de receitas de R\$ 9,796 bilhões por conta de desonerações do PIS/Cofins e de R\$ 800 milhões com redução de tributação na folha de salário das empresas. Em aviso encaminhado ao presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), o ministro da Fazenda, Guido Mantega, informou que "há previsão de redução de alíquotas do PIS/Cofins, no ano de 2013, em setores a serem definidos".

Na proposta orçamentária que enviou em agosto, o governo incluiu um custo de R\$ 15,2 bilhões com a desoneração da folha, mas não tinha previsto perda de receita com a desoneração do PIS/Cofins.

O objetivo das medidas será, segundo Mantega, colaborar para a retomada da atividade industrial. "É oportuno que diante de um cenário de retração da atividade industrial doméstica se adotem medidas de orientação da ação governamental com vistas a criar as condições propícias à retomada de investimentos produtivos e à eliminação de gargalos que obstam a competitividade e produtividade do setor", diz o ministro no documento.

Há meses o governo estuda uma proposta de reforma do PIS/Cofins para simplificar esses tributos. Ela prevê que tudo o que a empresa comprar e usar na **produção** gere créditos. Aquelas que hoje optam pelo lucro presumido e pagam alíquota de 3,65% sobre o faturamento teriam de mudar para a alíquota de 9,25% sobre o valor adicionado. Acabaria, assim, o regime cumulativo. O governo definiria um período de transição para essa migração.

Para compensar a desoneração do PIS/Cofins e a perda adicional com a desoneração da folha, o governo elevou a projeção de receita com dividendos das empresas estatais em R\$ 6 bilhões e em R\$ 4,596 bilhões com concessões. As projeções enviadas em agosto eram de R\$ 26,31 bilhões e R\$ 3,32 bilhões, respectivamente. A compensação é exigida pelo artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. No aviso, Mantega solicita que a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, faça gestões junto ao Congresso para que a previsão de redução de alíquotas do PIS/Cofins, a ampliação da desoneração da folha e a reestimativa da arrecadação com dividendos e concessões sejam consideradas na estimativa de receita da Lei Orçamentária de 2013.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Gradiente quer negociar 'iphone' com Apple		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Daniele Madureira | De São Paulo

A multinacional americana Apple vai ter o seu pedido de registro do nome iPhone negado em 2013. A informação foi dada ao Valor pela coordenadora-geral de marcas do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), Sílvia Rodrigues. Segundo ela, a Apple pediu o registro do nome iPhone em 2006, seis anos depois de a Gradiente ter entrado com a mesma solicitação.

"A lei brasileira de propriedade intelectual prevê que a primeira empresa que faz o depósito no INPI para registro da marca é detentora do direito de uso da mesma no território nacional", disse Sílvia. Ontem, a Gradiente lançou o smartphone "iphone" (grafado em letras minúsculas), **importado** da China e oferecido a R\$ 599.

Segundo Eugênio Staub, presidente da IGB Eletrônica, sucessora da Gradiente (que entrou em recuperação extrajudicial em 2010), a expectativa é entrar em negociação com a Apple em torno do uso da marca no país. "Sempre é melhor uma negociação do que uma briga judicial", disse Staub.

De acordo com o advogado José Roberto Gusmão, sócio do escritório Gusmão & Labrunie, especializado em propriedade intelectual e que defende a Gradiente, a brasileira pode entrar com processo contra a Apple por uso indevido da sua marca no **Brasil** e pedir indenização por todo o período em que o iPhone foi vendido no país, desde 28 de setembro de 2008. "Há pelo menos quatro anos a Apple tem consciência de que a marca "iphone" tem registro no INPI", disse Gusmão, ex-presidente do órgão.


Procurada pelo Valor, a Apple não quis comentar o caso. No mundo, a empresa lançou o iPhone em janeiro de 2007.

No Brasil, a Gradiente fez o pedido de registro do "iphone" em janeiro de 2000, mas só o obteve em 2008. A

demora, segundo Sílvia, se deveu a análise de processos anteriores sobre o uso do nome. O primeiro pedido de registro foi feito em 1975, por uma empresa japonesa identificada como "Aiphone Kabushiki Kaisha". A solicitação "caducou" por falta de uso da marca, e outra empresa, a TCE, entrou com novo pedido em março de 2000, três meses após a Gradiente, que continuou com a primazia. "Depois de concedido o registro, a empresa tem cinco anos para usar marca", disse Sílvia. Ou seja, a Gradiente teria prazo até 2013.

Já a Apple entrou com o pedido no INPI em 2006 e até hoje não obteve resposta. "O INPI vai analisar o pedido provavelmente em 2013 e ele deve ser negado", afirmou Sílvia. A demora para a análise da solicitação da Apple se deveu, segundo ela, a um pedido de oposição no INPI, mas o órgão não soube informar quem era o opositor, que acabou desistindo do processo.

A disputa com a Apple não é a primeira encabeçada pela Gradiente em torno de uma marca famosa. Em 2002, a brasileira entrou em negociação com a Sony para vender-lhe a marca PlayStation, nome do console de videogame lançado pela multinacional japonesa em 1994. O valor não foi divulgado. Conforme informou o Valor em novembro de 2002, a Gradiente comprou a marca PlayStation de duas empresas pernambucanas em 1999, que tinham feito o registro do nome em 1993, antes, portanto, do lançamento da Sony. Na época, a Gradiente disse que o objetivo era lançar um computador multimídia com a marca. (Colaborou Moacir Drska, de São Paulo)

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO A guerra dos royalties - Congresso se rebela e manobra contra STF		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Sarney convoca sessão para analisar, de uma só vez, 3 mil vetos de 12 anos

Bancada do Rio promete recorrer novamente ao Supremo se veto de Dilma for derrubado

Numa reação sem precedentes, o Congresso manobrou e aprovou requerimento convocando para hoje sessão que analisará 3.060 vetos presidenciais que tramitavam há 12 anos. O objetivo é derrubar o veto de Dilma à nova distribuição dos royalties. Parlamentares começaram a receber a "cédula" de 463 páginas. O presidente do Senado, José Sarney, em recurso ao STF, disse que a decisão do ministro Luiz Fux, que anulou sessão anterior do Congresso, "deixa o Legislativo de joelhos" Se o veto for derrubado, a bancada do Rio vai recorrer ao STF.

Uma sessão, 3.060 vetos

Congresso manobra para derrubar veto de Dilma a royalties, sem descumprir liminar do STF

Fernanda Krakovics, Danilo

Fariello e Junia Gama

BRASÍLIA e RIO Em articulação feita por deputados e senadores de estados não produtores de petróleo, amparados pelos líderes partidários da Câmara e do Senado, o Congresso realizará hoje, ao meio-dia, sessão para analisar 3.060 vetos presidenciais. Esta é mais uma ofensiva para derrubar os vetos da presidente Dilma Rousseff a artigos da lei que redistribui royalties do petróleo. O alvo é o artigo terceiro da lei, que trata das áreas já licitadas. Com o veto, foram preservados contratos e a distribuição atual para estados produtores.

O Congresso reagiu de forma dura e atípica à decisão do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, que recomendou a análise dos vetos por ordem cronológica. De um lado, encaminhou ao STF um "agravo regimental" (recurso) onde classifica a decisão de Fux de "obtusã, equivocada e uma ingerência indevida do Poder Judiciário". De outro, montou uma estratégia complexa, articulada pelos parlamentares de estados não produtores que querem uma fatia dos royalties, para a votação de hoje, em resposta à liminar de Fux.

Cada deputado e senador vai receber um impresso, de 463 páginas, com todos os vetos, podendo marcar "sim", "não" ou "abstenção". Mas os parlamentares dos estados não produtores pretendem deixar tudo em branco, e só votar pela manutenção do artigo que redistribui para todos os estados o dinheiro dos royalties dos poços já licitados. A votação é secreta, e o resultado não sairá na hora. Os votos serão contabilizados pela Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen).

A bancada do Rio ameaça ir de novo ao Supremo pedindo um mandado de segurança para impedir a derrubada dos vetos do petróleo. Para o senador Lindbergh Farias (PT-RJ), o Congresso tem que dar parecer sobre cada veto:

- Se desrespeitarem de novo o regimento, vamos entrar de novo com um mandado de segurança. Acredito que eles (não produtores) vão cometer um segundo erro. A gente ainda tem esperança que o bom senso prevaleça.

A movimentação no Congresso começou pela manhã, em reunião dos líderes partidários do Senado com o presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB-AP). Ficou a cargo do senador Wellington Dias (PT-PI) e do deputado Marcelo Castro (PMDB-PI) recolher assinaturas da maioria dos líderes das Casas para viabilizar o requerimento pedindo a convocação da sessão para apreciar os vetos. O único que se recusou a apoiar o pedido foi o líder do PT na Câmara, Jilmar Tatto (SP). Como presidente do Congresso, Sarney recebeu o requerimento e convocou a sessão, mas não pretende comandá-la.

- Estou que nem São Sebastião, só levando flechada - disse Sarney. - Tradicionalmente quem preside as sessões do Congresso é a vice-presidente da Câmara (deputada Rose de Freitas). Temos que dividir tarefas.

Embora o Congresso tenha recorrido da liminar, deputados e senadores de estados não produtores estão pessimistas quanto a uma vitória no Supremo. Por isso decidiram apreciar de uma vez só todos os vetos pendentes de votação.

A articulação ocorre em um ambiente de grande insatisfação com o STF, tanto pela manifestação de Fux, quanto pela decisão do plenário do Supremo que determinou a cassação dos deputados condenados pelo mensalão.

- Não é isso que o Supremo quer? Vamos votar então todos os vetos - afirmou o líder do PT no Senado, Walter Pinheiro (PT-BA).

Para atender a uma exigência da Constituição e do regimento do Congresso, Sarney nomeou uma comissão de cinco deputados e cinco senadores para apresentar um relatório sobre os vetos. O relator será o deputado Júlio César (PSD-PI), que deve dar seu parecer oralmente, durante a sessão do Congresso. Nessa comissão não há deputados do Rio nem do Espírito Santo.

O relator disse que só se manifestará sobre os vetos referentes aos royalties. Segundo ele, os outros, que têm mais de 30 dias, não precisariam de parecer. Júlio César minimizou o fato de a comissão ser composta apenas por representantes de estados não produtores:

- O Fux já representou o Rio ao dar a liminar. Ele é carioca.


Em reunião pela manhã dos líderes da base aliada na Câmara, o líder do PDT, deputado André Figueiredo (CE), defendeu que o Congresso aproveite a oportunidade para derrubar um veto a uma proposta que acabava com o fator previdenciário. Nessa reunião, o líder do governo na Câmara,

deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), lavou as mãos em relação à operação para derrubar os vetos do petróleo. O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), que participou da reunião dos líderes com Sarney, também disse que não há o que fazer. A própria presidente Dilma já declarou isso.

Integrantes da bancada do Rio criticaram a postura de "Pôncio Pilatos" adotada por Dilma. Nos bastidores, o Planalto considera que o tema royalties já não é prioritário e que houve desgaste político.

No Rio, o governador Sérgio Cabral reafirmou a importância de se respeitar os contratos já assinados e em vigor.

- A autonomia do Congresso deve ser preservada e respeitada. Se o Congresso vai se reunir e votar esta quantidade de vetos, é um direito do Congresso e nós temos que respeitar. Estamos lutando pelo que achamos que é nosso direito, direito constitucional - disse Cabral. - Vamos aguardar os próximos passos. Se derrubarem os vetos, e eu não gosto de trabalhar com hipóteses, reafirmo que entraremos com uma ação no Supremo para garantir nossos direitos. Eu acredito que é preciso dar razão à fala, é hora de ponderação. Não podemos abrir um precedente desses: outros estados podem ser vítimas. (Colaborou Fabiana Ribeiro)

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Indústria vai se recuperar em 2013, diz Fiesp		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Após temor de desindustrialização, o setor espera colherem 2013 os resultados das iniciativas do governo, como a redução do preço da energia elétrica.

Após ano ruim, "reindustrialização" será destaque em 2013, prevê Fiesp

Entidade prevê crescimento médio de 3% para indústria de transformação no ano que vem

Rafael Abrantes

Após observar desempenho negativo e o encolhimento da indústria neste ano, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) espera a "reindustrialização" do país a partir do próximo ano.

Segundo a entidade, o motivo para o "otimismo" são os efeitos esperados já em janeiro próximo de medidas lançadas pelo governo durante o ano, como redução da taxa Selic, corte das tarifas de energia elétrica, programas de concessão em infraestrutura — rodovias, ferrovias, portos e aeroportos — e, mais recentemente, a desvalorização do câmbio.

"Devemos ter em 2013 um crescimento em torno de 2,5% e 3,5%. Mas este ano não podemos comemorar", afirmou Paulo Skaf, presidente da Fiesp, durante coletiva para balanço do setor ontem, realizada na sede da entidade, em São Paulo. A projeção da Federação é de recuo de 2% da **produção** da indústria de transformação neste ano. A Fiesp também prevê crescimento do **PIB** de 1% em 2012.

Apesar dos resultados insatisfatórios do setor, Skaf definiu as ações do governo a favor da competitividade da indústria como "missão cumprida". "O estado de espírito dos empresários está mudando. Estamos em uma direção correta", disse, destacando a necessidade de estímulos ao investimento no setor privado.

Entre os êxitos da "missão", Skaf destacou o anúncio pelo governo, em setembro, da redução das tarifas de energia em até 20%. A medida, levada ao Congresso pela MP 579 — que também trata da renovação antecipada de concessões de energia com vencimento em 2015 — foi aprovada ontem pelo plenário da Câmara e agora segue

para votação no Senado. Skaf, no entanto, criticou a posição do governo paulista e da Companhia Energética de São Paulo (Cesp) de não aderir à proposta de renovação do Planalto.

"São Paulo deveria ser o exemplo porque tem 22% da população do país e 42% do parque industrial. O governo mostrou mais preocupação com uma estatal que mantém cobranças indevidas do que com a população", disse. "Ficamos dois anos cobrando providências do governo contra um preço injusto, e os argumentos contra (a renegociação de tarifas) foram perdendo força", completou ele, que negou o argumento de concessionárias de que a ação do governo causou "surpresa ao **mercado**".

Segundo ele, a próxima bandeira da Fiesp no ano que vem será a redução do preço do gás, o que exigirá mais diálogo da entidade com a presidente da Petrobras, Graça Foster.

Em relação a juros e câmbio, Skaf destacou que ainda "há espaço" para a taxa Selic chegar a até 5% em 2013. A taxa básica de juros está em 7,25% após nove quedas consecutivas pelo Comitê de Política Monetária (Copom) desde agosto de 2011. "Já uma cotação correta do **dólar** no país seria entre R\$ 2,30 e R\$ 2,40", observou Skaf, reconhecendo melhoras no cenário cambial para a indústria.

Um levantamento de pequenas e médias empresas paulistas capazes de disponibilizar seus negócios na Bolsa de Valores será um dos novos projetos da Fiesp para 2013. "Vamos aproximar o **mercado** de capitais das empresas, será um trabalho de convencimento", afirmou Skaf. O objetivo é levar 750 PMEs para a BM&F Bovespa no ano que vem. Uma lista de "candidatas" deve ser concluída até março.

	VEÍCULO FOLHA.COM	EDITORIA	
	TÍTULO Gradiente promete disputar com Apple a marca "iphone"		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A dona da Gradiente lançou ontem sua linha iphone de smartphones e quer lutar pelo direito de uso no Brasil da marca internacionalmente vinculada aos aparelhos da Apple --segundo o Inpi (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), foi a Gradiente a primeira a fazer o pedido de registro do nome iphone.

Em recuperação judicial, a IGB (ex-Gradiente) arrendou marcas e ativos à CBTD (Companhia Brasileira de Tecnologia Digital). No pacote estava a marca "Gradiente iphone", concedida pelo Inpi em 2008, e até agora sem uso.

Como o prazo de cinco anos para usar a marca estava se esgotando, a IGB poderia perder os direitos sobre ela. Isso motivou o lançamento do celular "One", segundo Eugênio Staub, presidente do conselho da CBTD. "Vamos fazer valer esse direito[de uso da marca iphone no país]."

Sem direitos sobre a marca iPhone para celulares no Brasil, a Apple fez o pedido de registro ao Inpi, que deve ser negado em 2013. A Apple já conseguiu o direito de uso desse nome para roupas, brinquedos e publicações.

Staub não fala em medidas, mas diz ter "uma lista de providências" para tomar. "Não vai dar para ter dois [itens com a mesma marca]."

Para especialistas, a disputa tende a parar na Justiça. Mas as empresas podem tentar um acordo ou recorrer a processos de arbitragem. A venda também é uma opção.

A divergência lembra a da Apple com a Proview, detentora da marca ipad na China. Em julho, a Apple pagou US\$ 60 milhões à empresa.

Para Staub, a remuneração dos credores da IGB depende do sucesso da CBTD. Em 2011, a empresa recebeu investimento de R\$ 78 milhões, de empresas e fundos de pensão como a Petros.